

Rio Grande do Sul também é terra de negras e negros

» LÚCIA REGINA BRITO PEREIRA
Professora doutora em História

Esta escrita foi instigada a partir da fala do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao visitar o Rio Grande do Sul, em 15 de maio de 2024, quando fez a seguinte declaração: "(...) É impressionante, eu não tinha noção de que no Rio Grande do Sul tinha tanta gente negra (...)". A visita ocorreu em função da crise climática que afetou o estado, configurando-se na maior enchente que se tem registro na história.

A fala do presidente Lula reflete o pensamento corrente de que o progresso do Rio Grande do Sul deve-se à imigração europeia. Entretanto, urge reafirmar que negras e negros estiveram presentes desde antes da ocupação oficial da província sulina. Foram a base da mão de obra no período das charqueadas, no século 19. Desataca-se os lanceiros negros, que, em busca de liberdade, integraram as tropas rebeldes na guerra dos Farrapos, ocorrida entre 1835 e 1845.

Nesse evento, ocorre a Traição de Porongos, ação ordenada por David Canabarro, um dos líderes republicanos que desarmou os lanceiros no campo de batalha, foram atacados pelas tropas imperiais, resultando na morte de cerca de cem homens. Essa triste ocorrência pôs fim à guerra, e os sobreviventes retornaram como cativos e enviados para a província do Rio de Janeiro. A Guerra dos Farrapos, orgulho da tradição gaúcha, na realidade traz essa vergonhosa passagem em sua história.

O Rio Grande do Sul tem uma população de 11,29 milhões de pessoas, sendo 22% desse total pessoas negras, e uma população quilombola de 17,5 mil pessoas. O estado tem 146 comunidades quilombolas, distribuídas em 70 municípios. Porto Alegre, a capital, concentra o maior número, com cerca de 2,2 mil pessoas em 11 comunidades. Das comunidades urbanas, destaca-se o Quilombo da Família Silva, primeiro quilombo urbano titulado no Brasil e que, neste ano, completa 15 anos de titulação fundiária.

A Sociedade Floresta Aurora, uma das instituições negras mais antigas do país, com 152 anos de fundação, registra em sua história encontros sobre educação na década de 1980. Organizados, entre outras, pelas professoras Vera Tribuno, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, e Vera Neusa Lopes, os eventos reuniam expoentes nacionais preocupadas/os com a inclusão da educação negra nos currículos. Também centenária é a Associação Satélite Prontidão, com 122 anos, nos quais tem registrado ações como o pré-vestibular

para pessoas vulneráveis e as reuniões de conscientização racial.

O Grupo Palmares foi criado em 20 de julho de 1971, na cidade de Porto Alegre, por Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes, Oliveira Silveira e integrado por mulheres em um segundo momento (1972-1978). Em reportagem do jornal *Zero Hora* de 1972, apresentaram o manifesto em que denunciaram o racismo no país e instituíram o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como data representativa da população negra. O manifesto foi publicado no *Jornal do Brasil* e ampliou o debate, culminando na aprovação, em assembleia nacional do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, na Bahia, do Dia Nacional da Consciência Negra. Agora, é feriado nacional — o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra —, sancionado pelo presidente Lula em 21 de dezembro de 2023.

As mulheres negras gaúchas sempre atuaram para a equidade e a promoção de políticas públicas para a população negra em todas as esferas sociais. No contexto dos anos 1980, precisamente em 8 de março de 1987, nasce o Maria Mulher, Grupo de Mulheres Negras. Em 2001,

institucionaliza-se como Maria Mulher — Organização de Mulheres Negras, uma das primeiras organizações de mulheres negras cuja ação foi e é fundamental na luta contra o racismo e o sexismo. A organização destaca-se como fundadora e integrante da Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), responsável pela articulação e mobilização das pré-conferências nacionais para a Terceira Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela ONU em setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul.

A presença negra no Rio Grande do Sul, minoritária em números percentuais, não é menos importante em atos e nomes na promoção de políticas inclusivas, a exemplo da a Lei nº 12.711/29/2012, a chamada Lei de Cotas, sancionada sob a gestão da gaúcha ministra Luiza Bairros na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Outro destaque é a atuação da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, gaúcha, primeira mulher negra a integrar o Conselho Nacional de Educação e relatora da Lei 10.639/2003. Negras e negros: aqui no Sul também tem!



Universidade de Brasília, uma universidade multicampi

» FERNANDO SCARDUA

Professor da Faculdade de Ciências e Tecnologias em Engenharia da Universidade de Brasília (FCTE-UnB)

» JULIANA DE FREITAS DIAS

Professora do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (IL-UnB)

» JULIANA ROCHET

Professora da Faculdade UnB Planaltina (FUP-UnB)

» LEONARDO PETRUS DA SILVA PAZ

Professor da Faculdade UnB Ceilândia (FCE-UnB)

Com atividades nos campi da Asa Norte, em Planaltina, no Gama e na Ceilândia, a Universidade de Brasília (UnB) é uma universidade multicampi. O termo remete a uma concepção com uma estrutura organizacional distribuída em distintos espaços geográficos, com polos de ação interconectados, embora situados em contextos territoriais diferentes, que buscam atender aos interesses das regiões em que atuam. Entende-se que, embora a potencialidade formativa e de produção do conhecimento de tal proposta de universidade seja imensa, algumas dificuldades se fazem presentes e precisam ser discutidas e enfrentadas de forma participativa.

Antigos desafios ainda precisam de atenção e novas questões aparecem, exigindo a revisão das políticas de gestão, especialmente daquelas que dizem respeito à integração acadêmica, administrativa e extensionista.

Entre as propostas que focalizam a dimensão multicampi da UnB, está a retomada do transporte intercampi, que é responsável por conectar não só os espaços físicos, como também garantir a integração curricular entre os cursos, de modo que os alunos podem escolher realizar estágios, pesquisas, disciplinas e atividades de extensão em todas as faculdades.

Outro ponto importante do novo projeto de ação da UnB é a proposta de estruturação de um ambiente de trabalho saudável por meio da articulação com as políticas de diversidade, inclusão, acessibilidade, atividades esportivas e culturais, além do investimento em espaços de convivência.

Quando docentes, técnicos e estudantes se uniram e imaginaram novos tempos, muitos debates importantes começaram a ser feitos, e, certamente, continuarão pelos próximos anos, com foco em ações para a valorização e a inclusão das comunidades que vivem ao redor de cada campus, com foco também no diálogo com as escolas para que o ingresso seja ampliado e a atratividade dos cursos seja revista.

A permanência do estudante em cursos de nível superior é desafiadora no contexto dos problemas de violência, vulnerabilidade econômica e mobilidade social vividos nas grandes cidades brasileiras, em especial no período pós-pandemia. O desafio da permanência se torna mais premente quando se trata de alunos que residem distantes, que estudam em cursos noturnos e que se encontram em situação de risco ou com necessidades especiais. É urgente uma revisão das causas da evasão estudantil e uma aproximação com o Governo do Distrito Federal (GDF) para uma busca conjunta por soluções.

Há muito a construir nos campi de Planaltina, de Ceilândia e do Gama. Se importantes passos já foram dados desde a criação desses três campi, há uma agenda de discussão, amadurecida com o tempo, a ser enfrentada.

Entre os pontos, o desenvolvimento e o fortalecimento/ampliação de programas de pós-graduação nos campi, visando, sobretudo, à nucleação da UnB nos territórios; a ampliação dos serviços prestados pelas bibliotecas como setores estratégicos para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão; a revitalização das áreas desportivas, com foco em equipamentos desportivos, e implementação de soluções tecnológicas inovadoras para auxiliar na gestão do esporte na universidade; a manutenção/revitalização de infraestrutura, tendo em vista garantir o bom funcionamento e a durabilidade das instalações da universidade; e o investimento consistente em arte e cultura, para que ambas, em articulação com a produção do conhecimento, estejam presentes tanto no modo como a universidade opera — instaurando uma cultura universitária — quanto na convivência e no acolhimento, na implementação de espaços culturais, na organização de eventos e de cursos de formação abertos à comunidade.

Essas são demandas de toda a universidade, mas é mais sentida nos campi. No caminho da mudança no sentido da eficiência administrativa, será preciso resgatar a leveza das relações, a sensação de pertencimento, a escuta ativa e o ambiente colaborativo. A demanda por mudança, expressa na última consulta para reitoria da UnB, é desafiadora e somente será alcançada com a criação de canais diretos com a comunidade, para melhor aproveitar as soluções de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes.

De fato, tais mudanças precisam caminhar no sentido da participação democrática, para sobrepor, com criatividade, os desafios orçamentários. O diálogo com o governo federal para recompor o orçamento será pauta permanente, assim como a busca por verbas de emendas parlamentares. A consolidação do Parque Científico e Tecnológico da UnB poderá constituir uma valiosa alavanca para o desenvolvimento do DF e Entorno. E, ao mesmo tempo, viabilizar o fomento das atividades de inovação, pesquisa, ensino e extensão, especialmente aquelas voltadas à busca de soluções de problemas da sociedade.

Porém, para além dessas melhorias internas, é imprescindível que a UnB se integre com as necessidades e os anseios das comunidades que circundam cada campus. São necessários projetos e fomentos para a atuação ativa de docentes e estudantes para derrubarem as barreiras que separam a universidade do território e para alinharem as perguntas de pesquisa com as urgências das comunidades vizinhas. Também é importante trazer escolas, alunos e docentes dos ensinos médio, fundamental e infantil para participarem de projetos dentro da UnB e repensar o modo de operacionalizar o currículo para possibilitar a inclusão na universidade dos mestres e das mestras de saberes tradicionais, a fim de partilharem seus conhecimentos ancestrais com os universitários.

República: 135 anos ainda como um sonho a ser realizado

» CLAUDIA COSTA

Pós-doutoranda e visiting scholar em direito constitucional pela Universidade Deusto (Espanha) e professora de direito constitucional na Universidade Mackenzie

Omês de novembro é um convite a refletir sobre a nossa República, cuja proclamação completa 135 anos. Comemorá-la deveria ser recordar o ideal democrático de participação popular na escolha de dirigentes e legisladores para que o sentido da igualdade e liberdade (além da fraternidade), clamado pela figura feminina mítica de Marianne, da Revolução Francesa, se faça em plenitude, para todos e todas.

Mas é curioso lembrar que, em nome desses ideais, foi dado um golpe de Estado no Império, no fim do século 19. Pela democratização das instituições, em nome da liberdade e da igualdade de participação política, inicia-se a primeira ditadura republicana do Brasil. Nesses primeiros dias, tropicaliza-se o modelo norte-americano, criando, a partir daí, uma receita bem brasileira. Troca-se o trono pelo presidencialismo, um sistema de governo supostamente mais democrático devido à alternância no poder da chefia de governo.

É certo que a República trouxe pela mão dos marechais um novo modelo para o país. Passamos a ter um Estado laico com uma pretensa liberdade religiosa e a possibilidade de educação laica com o ensino primário gratuito, cujo conceito é herdado do Império. O voto deixa de ser censitário, reduzindo o privilégio dos detentores do poder econômico, para ser masculino, maior de 21 anos, desde que não seja analfabeto ou mendigo.

Ora, num país de recém-libertos, um país de imigrantes que vieram substituir mão de obra escrava e, portanto, analfabetos, e sem

a participação alguma das mulheres no processo decisório, a pergunta que fica é: qual democracia pretendíamos então?

Nem é preciso lembrar que a política dos marechais cedeu à política dos governadores. Tivemos a alternância de poder de privilégios entre os partidos republicanos paulista e mineiro, falseando completamente o federalismo e a participação política nas eleições.

Mas a chamada República Velha acabaria com um novo golpe de Estado. Desta vez, promovido por Getúlio Vargas, e será por suas mãos que teremos a participação feminina no processo constituinte de 1933. No entanto, teríamos mais um golpe, do próprio Getúlio, que instituiu o chamado Estado Novo, uma ditadura que amordaçou as liberdades de 1937 a 1945.

O período Republicano entre 1946 a 1964 é política e institucionalmente agitado. Temos uma nova constituição, mas sofreríamos os reflexos da Guerra Fria, o que influenciava nosso país interna e externamente. A propaganda importada buscava plantar entre nós o perigo de o Brasil dar uma guinada à esquerda, abraçando o comunismo internacional.

No período, abundam conspirações e temos até o extraordinário golpe da legalidade, em que o marechal Henrique Lott derruba o governo para dar posse ao presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Trata-se de uma ação de ruptura institucional em nome da manutenção da ordem constitucional. Não é de hoje que o Brasil não é para amadores.

Finalmente, após tantas conspirações, a República é subvertida em 1964 por militares,

com apoio de civis, que tomam o poder. Foram 21 anos de arbítrio, encerrados com a eleição tutelada de um civil, Tancredo Neves, que morre antes de tomar posse legando o novo governo a um ex-prócer da recém-encerrada ditadura, José Sarney. Para as novas gerações, parece conto de ficção, mas é a história do Brasil.

O divisor de águas de nossa história republicana é a Constituição Cidadã, promulgada em 1988 e que marca a reconquista da separação de Poderes com um sistema de freios e contrapesos — embora alguns queiram a supremacia do Executivo. Com ela, veio também a autonomia do Ministério Público como guardião do Estado Democrático de Direito, o indispensável Sistema Único de Saúde (SUS) e as agências reguladoras, como órgãos de Estado em favor da sociedade. A lista de conquistas é longa.

Criminalização do racismo e da homofobia; criação da Lei Maria da Penha, do Estatuto da Igualdade Racial, do Idoso, da Criança e do Adolescente, e de Portadores de Deficiência; igualdade dos filhos; fim do homem como chefe da família; cotas de acesso ao ensino superior, participação dos grupos vulneráveis em vários segmentos da sociedade e ampliação da participação partidária das mulheres.

Em resumo, avançamos mais em cidadania nos últimos 36 anos do que em todos os 135 anos de República. Mais que uma crítica, isso mostra uma certeza: é possível realizar aquele sonho aspiracional do longínquo 15 de novembro de 1889. Basta querermos.